

WEGA LOGÍSTICA S/A

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

WEGA LOGÍSTICA S/A

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Wega Logística S/A
Recife - PE

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Wega Logística S/A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Wega Logística S/A em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Auditoria de saldos iniciais

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas de forma comparativa com as do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não foram auditadas ou revisadas por nós, nem por outros auditores independentes. Como essas demonstrações contábeis apresentam saldos materialmente relevantes relacionados na posição patrimonial e financeira das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não nos foi possível determinar se seriam necessários efetuar ajustes ao prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentado na demonstração do resultado, na demonstração da mutação do patrimônio líquido e na demonstração dos fluxos de caixa.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Início de operação

Chamamos atenção para a Nota Explicativa de Contexto Operacional nº 01 a qual informa que a Companhia encontra-se inativa não tendo realizado nenhuma atividade e/ou operação comercial no período das demonstrações contábeis e período subsequente. Nossa auditoria não contém modificação em decorrência deste assunto.

Operações com partes relacionadas

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 05, considerando que a Companhia realiza transações significativas com partes relacionadas. Desta forma, as referidas demonstrações devem ser lidas neste contexto. Nossa auditoria não contém modificação em decorrência deste assunto.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 14 de fevereiro de 2019.

WEGA LOGÍSTICA S/A

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Notas Explicativas	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)		Notas Explicativas	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)
Circulante				Não circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	105	Partes relacionadas	5	34	6
		-	105			34	6
Não circulante				Patrimônio líquido			
Partes relacionadas	5	100	-	Capital social	6	100	100
		100	-	Prejuízo Acumulado		(34)	(1)
						66	99
Total do ativo		100	105	Total do passivo e do patrimônio líquido		100	105

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

WEGA LOGÍSTICA S/A

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Notas Explicativas	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)
Despesas operacionais		(28)	(1)
Despesas gerais e administrativas	7	(28)	(1)
(=) Prejuízo antes dos efeitos financeiros		(28)	(1)
Despesas financeiras	7	(5)	-
(=) Prejuízo do exercício		(33)	(1)
Número de ações integralizadas		100	100
Prejuízo por ação		(0,33)	(0,01)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

WEGA LOGÍSTICA S/A

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)
Prejuízo do exercício	<u>(33)</u>	<u>(1)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(33)</u></u>	<u><u>(1)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

WEGA LOGÍSTICA S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuizos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2017 (Não auditado)	100	-	100
Prejuízo do exercício	-	(1)	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (Não auditado)	<u>100</u>	<u>(1)</u>	<u>99</u>
Prejuízo do exercício	-	(33)	(33)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u><u>100</u></u>	<u><u>(34)</u></u>	<u><u>66</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

WEGA LOGÍSTICA S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)
Prejuízo do exercício	(33)	(1)
(=) Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(33)	(1)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aporte de capital	-	100
Transações com partes relacionadas	(100)	-
(=) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(100)	100
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Transações com partes relacionadas	28	6
(=) Caixa líquido proveniente das atividades financiamentos	28	6
(=) (Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(105)	105
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	105	-
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	-	105
(=) (Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(105)	105

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

A Wega Logística S/A é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede em Recife (PE), que tem por objeto social:

- Operador de Transporte Multimodal (OTM);
- Transporte rodoviário de produtos perigosos;
- Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores;
- Comércio por atacado de peças e acessórios novos para motocicletas e motonetas.
- Comércio atacadista de lubrificantes;
- Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente.

A companhia encontra-se inativa não tendo realizado nenhuma atividade e/ou operação comercial durante os exercícios compreendidos nestas demonstrações contábeis.

2. Base de apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), como também conforme as normas internacionais de relatório financeiro, o International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Administração da Empresa em 14 de fevereiro de 2019.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A Administração da Companhia definiu a moeda corrente do Brasil, o Real (R\$), como sua "Moeda Funcional", sendo esta premissa utilizada na preparação das demonstrações contábeis.

2.3. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida. São classificadas como ativos financeiros disponíveis para negociação, e estão registrados pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

3.2. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

3.3. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidos quando incorridos e/ou realizados de acordo com o regime de competência. O resultado inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias e cambiais, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de sua realização.

3.4. Principais fontes de julgamento e estimativa

A Administração faz julgamentos na elaboração das estimativas sobre os valores dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de fontes externas. As estimativas e respectivas premissas são baseadas em dados históricos e outros fatores relevantes. Os resultados efetivos podem diferir destas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revistas continuamente. Os efeitos decorrentes de revisões as estimativas contábeis são reconhecidas nos períodos correspondentes, caso apenas afete o período corrente ou também em períodos posteriores.

As principais fontes de estimativas da Companhia são decorrentes das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, das estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangível e da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

3.5. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB / CPC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2018. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destas novas normas e interpretações.

IFRS 9 Financial Instruments/ CPC 48 Instrumentos Financeiros:

O IFRS 9 está vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual). Uma das principais alterações está relacionada aos ativos financeiros classificados na categoria de “Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes”, sendo também aplicável em determinados passivos financeiros que atendem determinados critérios de classificação. Assim, os instrumentos financeiros na categoria de “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes” são registrados no balanço pelo seu valor justo (para refletir os fluxos de caixas esperados pela venda), sendo a parte relativa ao custo amortizado registrada no resultado do exercício (para refletir o recebimento dos fluxos de caixa contratuais), sendo a diferença registrada em Outros Resultados Abrangentes, devendo ser posteriormente reciclada para o resultado do exercício quando da venda/baixa do instrumento financeiro. A outra principal alteração está relacionada ao “impairment” de ativos financeiros, como por exemplo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, em que o modelo de “perda esperada” substitui o modelo de “perda incorrida”. O novo modelo de “perda esperada” deve impactar materialmente todas as entidades que detenham instrumentos financeiros nas categorias de “Custo Amortizado” e “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes”.

IFRS 15 Revenues from contracts with customers/ CPC 47 Receita de contrato com clientes:

O IFRS 15 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém significativamente mais orientações e requerimentos em comparação às normas e interpretações existentes.

Na nova norma, a receita deverá ser reconhecida levando-se em consideração os cinco critérios a seguir que precisam ser atendidos de forma cumulativa: (i) identificar o contrato; (ii) identificar as obrigações de “performance”; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação para cada obrigação de “performance”; e (v) reconhecer a receita somente quando cada obrigação de “performance” for satisfeita. A adoção desta nova norma pode resultar no fato de que em muitas entidades o momento e a natureza do reconhecimento de receita deverão ser modificados.

A Administração avaliou os impactos da adoção das normas acima referidas, entretanto, não identificou alterações significativas pela adoção visto que a Companhia encontra-se inativa até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

3.6. Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor.

IFRS 16 Leases:

O IFRS 16 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta nova norma substitui IAS 17 Leases, IFRIC 4 Determining whether an Arrangement contains a Lease, SIC-15 Operating Leases – Incentives e SIC-27 Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permanecem substancialmente os mesmos em comparação às normas atualmente vigentes. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o IFRS 16 determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um “direito de uso” dos ativos e um correspondente passivo financeiro. Assim, para muitas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo.

Os efeitos do IFRS 16 Leases ainda estão sob análise da administração da Companhia, uma vez que os mesmos poderão gerar impactos significativos nas demonstrações contábeis no futuro.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)
Caixa	-	100
Banco do Brasil S/A	-	5
	<u>-</u>	<u>105</u>

WEGA LOGÍSTICA S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

5. Empresas ligadas e controladas

	Ativo		Passivo	
	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)
TTWORK Participações e Administrações S/A. (a)	100	-	-	-
TDC Distribuidora S/A (b)	-	-	34	6
	<u>100</u>	<u>-</u>	<u>34</u>	<u>6</u>

- a) O valor do caixa em 2017 no valor de R\$ 100 mil corresponde a integralização de capital social conforme contrato social datado de 19 de agosto de 2015. Em 2018, o valor em caixa foi transferido para a TTWORK Participações, Holding do Grupo, ficando assim com saldo a receber;
- b) Por um problema de parametrização, não foi possível realizar e registrar os pagamentos da Wega Logística S/A pelo sistema SAP. Assim, esses pagamentos foram efetuados pela empresa TDC Distribuidora S/A e reconhecidos como passivos pela Wega Logística S/A. Tão logo a parametrização esteja concluída, a liquidação deste mútuo será realizada.

6. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia é de R\$ 100 mil. O mesmo é dividido em 100 mil ações ordinárias nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscrito e integralizado. Conforme demonstrado do quadro a seguir:

Acionistas	Participação total no capital social		
	Ações ordinárias	Participação (%)	Valor (R\$)
TT WORK PARTICIPAÇÕES S/A	100	100%	100
	<u>100</u>	<u>100%</u>	<u>100</u>

A companhia é subsidiária integral da TT WORK Participações S/A, Holding do grupo empresarial que controla todas as áreas do negócio.

7. Despesas gerais e administrativas e despesas financeiras

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas em sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)
Serviços com pessoas jurídicas	(24)	-
Impostos e taxas	(4)	(1)
Tarifas bancárias	(5)	-
	<u>(33)</u>	<u>(1)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017 (Não auditado)
Despesas gerais e administrativas	(28)	(1)
Despesas financeiras	(5)	-
	<u>(33)</u>	<u>(1)</u>

8. Eventos subsequentes

A Administração da Empresa considerou que não houve eventos subsequentes à data de encerramento das demonstrações contábeis, ocorridas em 31 de dezembro 2018 até a data da conclusão das referidas demonstrações em 14 de fevereiro de 2019.